

Quinta-Feira, 02 de Julho de 2026

Mato Grosso mantém ICMS zero para equipamentos de irrigação até fim de 2026

Governo estadual confirma isenção fiscal para máquinas agrícolas em operações internas, reduzindo custos dos produtores rurais

O setor produtivo de Mato Grosso conseguiu assegurar um importante incentivo fiscal destinado à modernização da agricultura. Por iniciativa do deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos), a administração estadual ratificou a manutenção da alíquota zero do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre equipamentos de irrigação utilizados na agricultura e horticultura nas transações comerciais realizadas dentro do estado.

O benefício abrange especificamente as operações internas, ou seja, todas as compras e vendas de equipamentos de irrigação onde tanto o fornecedor quanto o produtor rural encontram-se estabelecidos em Mato Grosso. Nessa situação, a transação fica completamente isenta do tributo estadual, diminuindo significativamente o investimento final necessário para modernização das propriedades rurais.

A confirmação dessa política tributária atende a uma demanda formalizada através da Indicação Legislativa nº 839/2026, encaminhada por Diego Guimarães e aprovada pelo plenário da Assembleia Legislativa (ALMT). O parlamentar encaminhou ofício ao Poder Executivo, com cópias direcionadas às secretarias de Fazenda (Sefaz) e de Desenvolvimento Econômico (Sedec), solicitando a implementação imediata da prorrogação nacional aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Segundo Diego Guimarães, a prioridade foi evitar insegurança jurídica e impedir aumentos nos custos produtivos. "A irrigação representa tecnologia, eficiência no uso da água e ganhos de produtividade. Assegurar que esses equipamentos cheguem com impostos reduzidos nas compras interestaduais é investir no crescimento sustentável do agronegócio mato-grossense", afirmou o deputado.

A Secretaria de Estado de Fazenda formalizou a solução por meio do Decreto nº 1.971/2026, que alterou o artigo 118-A do Anexo IV do Regulamento do ICMS (RICMS/MT). O instrumento legal estende a concessão do benefício fiscal até 31 de dezembro de 2026, alinhando Mato Grosso com o Convênio ICMS nº 21/2026 do Confaz.

A Unidade de Política Tributária Estadual (UPTE) emitiu parecer técnico confirmando que a intervenção governamental eliminou completamente qualquer possibilidade de vazio normativo e assegurou a consonância com a decisão nacional. O secretário-adjunto de Relações Políticas da Casa Civil, Claudio José Barros Campos, comunicou oficialmente a decisão à presidência da ALMT, com leitura em sessão plenária, completando assim o processo de atendimento integral da demanda apresentada pelo deputado.